

REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Rosa Maria Rodrigues Barros ¹

Resumo: o presente artigo, sem a pretensão de conclusividade procurará tecer algumas reflexões acerca das relações entre Economia, Política, Educação e Emancipação dos sujeitos frente as contradições da sociedade e o direito destes ao exercício da cidadania. Para tanto, o texto percorrerá reflexivamente o traçado da história e a participação dos homens em sua constituição. Trata-se de um texto construído fundamentado por pesquisas bibliográficas e do intercambiamento de ideias a partir das discussões desenvolvidas no contexto da disciplina Trabalho, Educação e Práticas Pedagógicas, no programa de pós-graduação em Educação – Mestrado.

Palavras chaves: Trabalho. Economia. Política. Educação.

Introdução

No traçado da história os homens se constituem, pois ao mesmo tempo em que sentem os efeitos da realidade em seus modos de pensar, viver e se relacionar, são justamente as ações dos homens que constroem a história. Só é possível compreender a história a partir do estudo dialético das suas contradições, segundo Corazza (1996, p. 36), “ a realidade é um todo, e as determinações recíprocas entre o todo e as partes constituem a essência do método dialético”, nessa perspectiva entende-se que a totalidade se constitui no ponto de partida, que conduz às particularidades, que correspondem à momentos do todo, as quais após um olhar crítico e reflexivo, sistematizado e rigoroso, desde o seu radical retornam à totalidade, mas de forma transformada.

Para Marx, o método dialético permite uma compreensão de quem é o homem, não dissociado e isolado do seu contexto socioeconômico, visto que o método não é escolhido ao acaso, pois a Ciência da História trabalha com dados objetivos e é constituída pela ação do homem. Considerando que a constituição de uma sociedade se dá a partir das relações sociais e desta com os modos de produção vigente em uma determinada época histórica, e seu desenvolvimento, entende-se que a sociedade se constitui em um organismo mutante, onde o Capital, define a dinâmica de suas relações. “O Capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo” (MARX, 1978, p. 126).

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá - PR, pg402740@uem.br;

Entenda-se que o homem se constitui na síntese das relações sociais, isto é, situado na história das relações entre classes, nas interações mediadas pelas relações de classe. Nessa perspectiva é possível afirmar, que o homem não nasce com uma personalidade ou vontades pré-estabelecidas, ou ainda comportamentos e formas de pensar e conviver com o outro a priori. Nasce hominizado com a possibilidade de humanização; filogeneticamente faz parte de uma espécie, a humana.

Como ser histórico, nasce imerso em uma cultura e história pré-estabelecidas por outros homens; a humanização, ontogênese, se constitui em um processo que se dá ao longo da apropriação da cultura, do conhecimento produzido por outros homens, nas relações sociais e históricas, isto é nas interações entre os homens, implicando na construção de novos conhecimentos.

Ressalte-se que a ontogênese não repete a filogênese, porque a sociedade e as relações que nela se processam mudam constantemente; a história como construção e a cultura como produto das ações dos homens em suas interações. “Portanto, o que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens, e aí se incluem os próprios homens. Podemos, pois dizer, que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica” (SAVIANI, 2003, p.13). Sendo o homem produto de sua ação, ele constrói a si próprio, suas relações e sua forma de expressar o contexto; as relações sociais de existência dão o tom da explicação da humanidade.

A constituição do humano, além dos aspectos biológicos se faz a partir da apropriação da objetivação construída culturalmente, do legado pela prática histórico-social; a partir do momento em que o homem criou ferramentas para transformar a natureza, ele avançou de uma situação biológica para histórica. Desta forma, para que se humanize ele necessita estar conectado ao social e aprende pela mediação. Considerando essa assertiva entende-se que todo o processo de humanização se liga a um processo de Educação.

Para além de sua institucionalização por intermédio da escola, a Educação marca a sua presença em todos os momentos da vida humana, seja na formalidade ou na informalidade, do nascimento ao ocaso da existência. Sem a premissa de redentora da sociedade, a educação institucionalizada desempenha um papel importante na formação dos sujeitos, haja vista, constitui-se no local onde se difunde o conhecimento sistematizado e onde se proporcionam as possibilidades de preparo do ingresso dos sujeitos no mundo do trabalho. Ressalte-se, distante de uma visão romantizada é preciso entender o caráter dualístico da educação, pois na medida em que se constitui em um dos instrumentos importantes para a promoção da

emancipação dos sujeitos, também pode se constituir em um aparelho ideológico a favor dos interesses hegemônicos.

Metodologia

Trata-se de um texto construído fundamentado por pesquisas bibliográficas e do intercambiamento de ideias a partir das discussões desenvolvidas no contexto da disciplina Trabalho, Educação e Práticas Pedagógicas, no programa de pós-graduação em Educação – Mestrado.

Dentre os teóricos consultados encontram-se: Adorno (1995) e Freire (2011) as relações entre Educação, pesquisa e emancipação. Althusser (1970) educação escolar e ideologia hegemônica, Corazza (1996) política, educação e economia, Bourdieu (2015) embates entre a educação, o Capital e a sociedade. Marx (1984) as relações entre o trabalho e alienação na sociedade Capitalista. SHIROMA (2011) as políticas públicas para a educação brasileira. SAUTER (1993) a evolução na América Latina e o papel da educação. Saviani (2003; 2018; 2013) considerações sobre a educação brasileira, o professor e as lutas pela qualidade.

Influências da economia na educação: um diálogo histórico

A sociedade do século XXI, mais intensamente do que a antecessora, passa por rápidas transformações nos campos econômicos, sociais, científicos e no próprio sentido de humanidade.

Notadamente há um agravamento da exclusão social, uma discrepância econômica ainda mais latente entre o trabalhador, que vende sua força de trabalho, e o empresário, detentor dos meios de produção, gerando uma divisão arbitrária das riquezas produzidas. Há também, um aumento da mais valia, e por consequência uma ampliação da exploração e alienação.

Os modos de produção do homem sempre ditaram as regras para a sociedade e, sobretudo, para a Educação. Marx (1983) afirmava que “[...] no fim do processo do trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira...”, especificamente não se trata do trabalho material, mas do não

material, ligado intimamente à produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades; uma prática social de educação.

Os avanços tecnológicos concebidos pelo homem surgem das necessidades relativas à melhoria das condições de vida em cada novo momento histórico que se descortina. Em se tratando do século XVII, as tecnologias desenvolvidas e as novas condições históricas da sociedade podem ser entendidas como gérmen do Capitalismo, da infância dele. O novo homem advindo desse contexto pode ser explicado a partir da Economia Política.

Para entender o quanto a Economia Política afetou, e afeta os caminhos do homem é necessário compreender o desenrolar da História; das ideias que nortearam a evolução econômica desde o século XVII até meados do século XX, a saber, o pensamento Liberal.

De acordo com o pensamento de Adam Smith o Liberalismo, grosso modo, se constituía como um conjunto de ideias oriundas da Sociedade Moderna, que emergiu sob a égide do Racionalismo, Mercantilismo, da Ciência e da Primeira Revolução Industrial. Segundo este paradigma o acesso à propriedade privada era privilégio de determinado grupo de pessoas, uma minoria que usufruía dos seus benefícios. Com relação ao Estado, o poder deste, era limitado e reduzido a procedimentos jurídicos e políticos. Quanto a igreja, sua função se restringia a questões de apoio social, sem quaisquer manifestações de poder, visto que o Estado passara a ser laico. Dessa forma, o Liberalismo Clássico burguês apontou para a ideia de um progresso econômico com fundamento racionalista, base da Economia Política.

Até ao período histórico anterior ao Liberalismo, à Educação delegou-se a tarefa de formar a minoria dominante, com vistas à sua adaptação ao modelo de sociedade vigente, bem como a manutenção do *status quo* e permanência da maioria na subserviência, ou seja, a educação somente para a nobreza, enquanto que para os demais, a ignorância. O poder exercido pela Igreja determinava todo ato educativo.

Com a ascensão da burguesia ao poder, a queda iminente do antigo regime e a transformação nos modos de produção, do antes essencialmente agrário para o manufatureiro, o antigo paradigma foi substituído por um outro, fundamentado no Racionalismo. A Educação neste novo mundo, moderno para os padrões da época, não era para todos, e essencialmente dualista; para a classe dominante intelectualista, aos subalternos, trabalhadores, uma educação mínima, voltada para o trabalho, uma tentativa de minimizar o embrutecimento e garantir a passividade. Uma Educação em um Estado, agora laico, a serviço do Capital.

Em se tratando da América Latina e Caribe, a ênfase na produção ainda era exercida pelo trabalho escravo dos negros traficados do continente africano, o qual se manteve, em se

tratando do Brasil até 1888 quando foi assinado, ainda no Brasil Imperial, o fim da escravidão.

Ao final do século XIX nas ex-colônias Iberoamericanas, a diferença crucial repousou na forma como as nações foram constituídas. Diferentemente da Europa, as ex-colônias tiveram que conquistar sua independência utilizando um viés militar, logo, o Estado constituído teve um papel mais intervencionista no paradigma Liberal adotado, do que na Europa, onde ao Estado cabiam ações voltadas mais para questões sociais e a não intervenção no Mercado, pois segundo o pensamento liberal ele mesmo se auto regularia.

Na Iberoamérica, o Estado tornou-se laico, a despeito das investidas da igreja numa tentativa de manter o poder; um Estado intervencionista em certa medida na economia, haja vista, as influências das oligarquias, e na Educação, que deixa de ser exclusividade da igreja e passa a ser gerida pelo Estado, como um aparelho disseminador de sua ideologia, isto é uma Educação estatal.

Dessa forma, a Educação se converte em uma decisão política, atuando como um instrumento eficaz na condução da população para sua nova conformação. Esse foi um marco na estatização da Educação nos países Latino-americanos, e um gérmen das atuais Políticas Públicas para a Educação.

A Educação agiu como conciliadora e fortalecedora dos laços nacionais em termos de pensamentos, cultura, linguagens, territorialidade, normativas, entre outros, em consonância com as proposições do Estado, também, buscando o consenso, objetivando a estruturação.

Por intermédio do ato educativo o Estado propiciou a modernização de forma construtiva, atendendo as demandas por mão de obra na produção e exportação da matéria prima para o Mercado manufatureiro mundial, e em atendimento ao desenvolvimento. A Educação Pública e normatizada pelo Estado propiciou, também, a ascensão intelectual e fortalecimento da classe média burguesa.

Além de aparelho ideológico do Estado, a Educação assumiu o mesmo dualismo europeu proporcionando um ensino intelectualista para a minoria dominante, e um ensino mínimo voltado para o trabalho, atendendo ao proletariado em geral, como mão de obra para os setores produtivos das nações emergentes. Os processos de industrialização da economia nos países da América Latina impulsionaram a Educação do século XX, como formadora da força de trabalho. Mais uma vez as imposições do Mercado determinaram os rumos da Educação!

De acordo com o pensamento de Bourdieu (2015), ainda hoje, a ideia de universalizar os particularismos concernentes a uma tradição histórica comum aos grupos sociais, com a

finalidade de anular a realidade tal como se apresenta se constitui uma das facetas do imperialismo cultural, nos países periféricos.

A questão que se depreende se aloca no fato de que só existe, na visão hegemônica, uma única faceta na história, uma única visão, àquela construída pelo colonizador, no caso da América Latina, África e Caribe, a visão eurocêntrica. Desta forma, a concepção de Cultura, conhecimento e a difusão deste no espaço escolar, a partir da constituição do currículo está condicionada à esta referida visão e se reflete na eleição dos conteúdos escolares, nas formas de agir, na configuração das políticas públicas e diretrizes curriculares nacionais, alinhados ao discurso colonial mesmo no século XXI. Tolhendo as possibilidades do currículo como local de lutas para a construção de uma nova narrativa pautada na igualdade étnico-racial, na diversidade.

Considerando que o ato educativo pressupõe a criação de vínculos e compromissos com o futuro, contribuindo para a convivência humana em sociedade e a disseminação dos códigos, cultura, linguagem e valores; preparando também para a atuação dos sujeitos na estrutura produtiva do país em atendimento as demandas do Mercado, logo, a sua ligação política com o Estado é vital, para este último. Desse entendimento oriunda a sua importância dentro do cenário político de um país; logo, a Educação recebe uma diretriz política, que normatiza a sua ação na esfera pública e privada; por intermédio da Educação é evidenciado muito da identidade de um país.

Observando-se um recorte histórico desde o final do século XIX à contemporaneidade, percebem-se as mudanças nas relações de trabalho, tempo e organização. Na perspectiva Fordista e Taylorista de produção em série, de estoque, as relações humanas e de produção acontecem isoladamente e repetitivamente; onde o homem era caracterizado como parte de uma máquina. O homem vende a sua força de trabalho ao empregador que tem os meios de produção e um certo rol de compromissos com o empregado. Posteriormente, as relações de trabalho foram se transformando, os compromissos do empregador escasseando, a tal ponto de que nas relações, segundo as novas concepções da Administração nas Organizações não há mais a figura do empregado, mas do colaborador, um indivíduo polivalente que exerce várias funções na equipe, de tal forma que mesmo na iminência de diminuição de colaboradores a produção não sofre baixas, mas se mantém no mesmo ritmo. A produção da mercadoria também sofreu adequações, pois na perspectiva atual não se produz mercadorias sem um estudo prévio das demandas do mercado, sem um planejamento estruturado para a venda e principalmente não se realizam grandes volumes de estoque, mas se produz em atendimento principalmente à temporalidade das demandas no mercado, “*just in time*” (produzir o que será

vendido). A perspectiva da acumulação flexível confere o tom das relações de produção na contemporaneidade.

Os contratos de trabalho dirimiram as obrigações dos empregadores, não existem mais vínculos em várias instâncias na atualidade, mas se estabelece uma temporalidade, um percentual determinado de produtividade em conjunto com o valor monetário a ser pago; as ideias de emprego e empregabilidade estão totalmente modificadas atingindo paulatinamente à todas as profissões, inclusive às relacionadas ao campo da Educação. Ressalte-se que nesta circunstância o perfil de trabalhador vem sendo redefinido, sendo requisitado mais do que uma competência específica, mas a polivalência em sua atuação, além de um conhecimento prático acerca das demandas da virtualidade. De uma única função, ele passa a gerenciar um processo.

Nesta perspectiva, diminuiu-se o número de trabalhadores, que são substituídos por robôs; diminuindo o tempo de trabalho, porém com um aumento da produção da riqueza. Há também um aumento na mais valia, porém o ganho real do trabalhador aparentemente parece permanecer o mesmo, quando na realidade o que existe é uma considerável perda. Essa é a perversidade persistente do Capital, que se fortalece, apesar das crises, revestindo-se de novas roupagens, como o Capital Financeiro e o Capital de Plataforma, sendo apoiado pela política Neoliberal que predomina no mundo globalizado.

Uma educação brasileira possível...

A Educação se desenvolve no tempo e espaço, sendo constituinte e partícipe da História; construindo a sua teia teórica forjada ao longo das crises, conformação ideológica, revoluções científicas, quebra e organização de novos paradigmas.

As problemáticas socioeconômicas brasileiras, historicamente oriundas de uma colonização exploratória dos recursos naturais, da mão de obra escrava, e, posteriormente, na contemporaneidade resultantes do déficit econômico e tecnológico se constituem em entraves para o desenvolvimento da Educação, dos sujeitos e conseqüentemente do país. Tal contexto, permeado mazelas na política, dadas as especificidades locais, se constitui em uma realidade vivenciada na contemporaneidade. Conseqüentemente, as incertezas geradas nesse contexto histórico se refletem num mundo cada vez mais globalizado, incidindo nos Mercados internacionais. Estas realidades complexas constituem-se em condicionantes para as reformas de cunho político e educacional adotadas nas nações Latino-americanas.

No cenário político e econômico da América Latina, incluindo o Brasil nos finais do século XIX e do século XX o ato educativo assumiu um papel imprescindível, pois por intermédio dele as emergentes nações disseminaram seus ordenamentos, e validaram suas relações de poder, ideologia, entendimentos de cultura, a geração de consensos com vistas a manter o controle, organização e a unicidade entre as comunidades que as compunham.

“(…), el Estado busca también a través de la educación facilitar la movilidad social y formar adecuadamente a los ciudadanos para realizar un trabajo dentro de la estructura productiva de la sociedad, ya sea en la industria, la agricultura, el comercio, las profesiones liberales o los propios cuadros burocráticos que sostienen al Estado. Estas funciones de tipo social y económico fueron adquiriendo mayor relevancia según avanzó el proceso de industrialización a lo largo del siglo XIX y conforme la sociedad se fue complejizando.”(SAUTER, 1993)

A educação brasileira neste contexto contribuiu, também em certa medida, para a renovação econômica, haja vista, as necessidades da formação de mão de obra num país em processo de industrialização, constituindo-se então em ferramenta necessária para preparação dos indivíduos em atendimento ao Mercado.

A medida que as relações se tornaram mais complexas, foi necessária a constituição de Políticas Públicas para a solução de uma diversidade de problemas sociais, incluindo Políticas específicas para a Educação da nação.

Dessa forma o ato educativo, que outrora era determinado, monopolizado pelo paradigma Teológico, tornou-se laico e a serviço do Estado, como centro de conciliação e formação da nação.

Até a década de 1950 não havia no Brasil uma organização sistematizada para a Educação Brasileira. O Ministério da Educação foi direcionado a partir da década de 1930, sofrendo inúmeras alterações até aos dias atuais. No que se refere às políticas públicas para a Educação, até 1970, tinham motivação centralizadora, com base em discursos voltados para a “Construção Nacional” para o fortalecimento do Estado, uma forte presença do pensamento positivista e da conformação de comportamentos para o cidadão brasileiro. Discursos fundamentados na economia e na política, onde a Educação tem o papel fundamental de proporcionar sustentação para a ordem estabelecida. Políticas implementadas neste período que antecedeu a LDB 4024/61 apontavam sempre para a promoção homogênea, de longo alcance, de ações voltadas para o estabelecimento de uma “nação forte”. Ressalte-se que somente a partir desta LDB, que finalmente se sistematizou uma educação em nível nacional.

A universalização da Educação ainda não se constituía em objetivo principal, mas o oferecimento de conteúdos mínimos para a população e uma formação clássica para o fortalecimento das elites. Na escola adotava-se um currículo tradicional, de supremacia do

conteúdo sobre o sujeito, sendo o professor protagonista do processo. A formação tinha o objetivo de formatação do sujeito, como no modelo industrial de produção, a fim de formar capital humano, pelo pensamento ideológico de progresso e segurança nacional.

Após o advento do governo de Ditadura Militar, foi promulgada uma nova LDB 5692/71, cuja ênfase residia no ensino profissionalizante e na Educação Tecnista, fundamentada no comportamentalismo tinha a finalidade de fornecer uma instrução programada, formatar o trabalhador; um currículo acrítico, reprodutivista formatado para o atendimento das demandas do Capitalismo. Apesar de ter como objetivo uma educação universalizante no discurso, esse objetivo ainda não se concretizaria.

Em 1996, após amplos debates foi promulgada a LDB 9394/96, aferindo a obrigatoriedade da Educação Básica, reorganizando os níveis de ensino, a universalização do ensino para todos os brasileiros, a formação dos professores em nível universitário; a promoção de uma educação voltada para a formação dos sujeitos e para a cidadania, dentre outros.

Na contemporaneidade encontramos permanências históricas, materializadas muitas vezes nos discursos das Políticas Públicas para Educação. Também se percebem as influências diretas dos organismos internacionais em nome da política Neoliberal e do novo Capital.

Aprovada em maio/2015 na cidade de Incheon, República da Coreia, no fórum Mundial da Educação, organizado pela UNESCO em conjunto com a UNICEF, UNFPA, PNUD, ACNUR, ONU MULHERES e Banco Mundial, a “Declaração de Incheon” tem como objetivo geral a promoção da equidade, igualdade e inclusão na Educação, bem como uma aprendizagem ao longo da vida ao alcance de todas as pessoas, respeitando a diversidade, independente de classe social e cultura. Neste fórum participaram 160 países com mais de 1600 participantes dentre os quais, ministros, chefes de Estado e delegações; chefes de organismos e funcionários de organizações multilaterais e bilaterais, docentes, representantes da sociedade civil, jovens e setor da iniciativa privada. De acordo com o documento construído, a Declaração de Incheon para a Educação 2030 pretende representar uma nova visão da educação para os próximos 15 anos. (BARROS; CISESKI; PIRES, 2017, p.9)

Metas, lindamente propaladas em acordos assinados por países do bloco dominado, dentre eles o Brasil, incidem nas políticas públicas e nos modelos educacionais determinados para a Educação Básica e o Ensino Superior. Nestes discursos fica evidente a transformação da Educação em mercadoria e a paulatina extinção da Universidade Pública, restando à Educação Básica uma formação curricular pautada em conteúdos mínimos, desprovidas de sua reflexão, com vistas a formar não o sujeito que age, mas o indivíduo que se conforma.

Essa dominância se faz de forma sutil, mas não imperceptível, mesmo fazendo uso de uma retórica convincente e até certo ponto “comovente”. Ela se manifesta principalmente nas políticas públicas e na organização e implementação das leis que regem a vida dos brasileiros.

Somente um conhecimento elaborado, construído, a partir da pesquisa refletida, faz emergir a ação, a qual implica em projeto, que está para além da especialização da força de trabalho, das competências e habilidades, mas voltado para a vida, para a transformação social.

Nesta perspectiva, a formação do professor/pesquisador é de vital importância. Esta formação ocorre por meio da Educação no espaço escolar, local onde a educação formal acontece; há outros espaços vitais para a formação dos sujeitos, os espaços informais e os não escolares, porém é no espaço escolar onde se estabelecem os germens do futuro pesquisador. Logo, urge uma atenção especial para o currículo e para a formação dos profissionais. Notadamente, as últimas notícias veiculadas pela imprensa brasileira apontam para um desmonte da escola pública, de seu currículo, hoje pautado em uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2018), em cujos os interesses e influências de organismos internacionais se materializam. Onde a formação dos professores está perdendo a robustez conferida pela pesquisa para dar lugar à técnica e a transmissão da informação; isto é um retrocesso das conquistas delineadas a partir da década de 1980, após a abertura política, com a democracia brasileira.

A universalização da educação brasileira, conseguida a partir de lutas, a duras penas não encontra políticas públicas voltadas para a permanência dos indivíduos. As universidades, que deveriam ser o espaço de continuidade na formação dos sujeitos encontram-se hoje em processo de desmonte, com vistas à privatização. Um local outrora público destinado à formação por excelência do agora Pesquisador, oriundo de uma educação pública, que deveria ser respeitada; a universidade pública tem sofrido arguras, contingenciamentos, com vistas a sua precarização e desmonte das condições para a realização de pesquisas de ponta, que colocariam o Brasil em situação de competitividade e alto desenvolvimento tecnológico.

Considerações finais

Atualmente, é consenso para educadores latino-americanos, a importância da Educação no cenário mundial que se descortina, haja vista, a sua potencialidade emancipatória, como instrumento de libertação dos sujeitos do autoritarismo e da alienação;

favorecendo o acesso a múltiplas possibilidades de desenvolvimento pessoal, respeitando o sujeito histórico.

O ato educativo encontra-se presente em toda a esfera da vida social, seja nas relações informais ou na formalidade; pressupõe a emancipação do homem, desenvolvimento de conhecimentos em uma nação, que almeja por uma transformação, possibilitando o aperfeiçoamento humano, social, técnico e político. Ele se constitui em ato político, ideológico e emancipador, mas pode atender um viés doutrinador, de acordo com as intenções do Estado, sendo a escola, segundo Althusser, um dos aparelhos ideológicos utilizados para este fim: “(...) pensamos que o Aparelho Ideológico de Estado que foi colocado em posição dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classes política e ideológica (...) é o Aparelho Ideológico Escolar.” (ALTHUSSER, 1970, p.60)

A Educação tem um grande poder de influência para a transformação da sociedade e, por conseguinte, do estado atual das coisas. Segundo Adorno (1995) a característica emancipatória não se presta à ingenuidade de uma conquista sem incorrer em embates e sacrifícios, segundo ele

Se não quisermos aplicar a palavra "emancipação" num sentido meramente retórico, ele próprio tão vazio como o discurso dos compromissos que as outras senhorias empunham frente à emancipação, então por certo é preciso começar a ver efetivamente as enormes dificuldades que se opõem à emancipação nesta organização do mundo. (ADORNO, 1995. p.181)

Justamente, por esta capacidade emancipatória da Educação, intencionalmente, as forças que desejam a continuidade da formatação dos sujeitos, têm procurado estabelecer os rumos esta a partir das demandas propaladas por organismos internacionais como a OCDE e a UNESCO, em seus discursos retóricos, onde apresentam que o desenvolvimento econômico de uma nação perpassa redentoramente pela Educação.

O Brasil possui todas as possibilidades de fortalecer a oferta de uma Educação emancipadora, pública de qualidade e com equidade. De prover não apenas o acesso, mas a permanência nos espaços escolar e universitário. Uma educação gratuita, que alce o país ao lugar de destaque que lhe é devido na atualidade. Entretanto, sem a vontade política e o fomento econômico essa possibilidade pode tornar-se utopia.

Dessa forma, urge um esforço conjunto para o aprimoramento de pesquisas e reflexões em Educação, com vistas não somente na sua reconstituição histórica, ou fundamentação psicossociológica, mas sobretudo, que sirvam como instrumento para a superação do caráter mecanicista e pragmático voltados essencialmente para a satisfação Neoliberalista. Uma

Educação pública, segundo Freire (2001) um ato político, voltada para emancipação dos sujeitos e transformação da Sociedade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1995.

ALTUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. (Tradução de Joaquim José de Moura Ramos, Ed.), **Editorial Presença / Martins Fontes**. Lisboa, Portugal, 1970.

BARROS, R. M. R., CISESKI, C. B., & PIRES, M. M. G. B. “Educação para todos ao longo da vida”: as declarações dos fóruns mundiais da Educação de Dakar e Incheon, suas influências no currículo e implicações para a Educação Brasileira. **Anais do Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares**, 1(60746), 15, 2017. Disponível em: <https://proceedings.galoa.com.br/coloquio/trabalhos/educacao-para-todos-ao-longo-da-vida-as-declaracoes-dos-foruns-mundiais-da-educacao-de-dakar-e>

CORAZZA, G. O todo e as partes: uma introdução ao método da Economia Política. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo; v. 26; n. Especial, 1996.

FREIRE, Paulo. (5 ed). Política e educação : ensaios. 5 ed - Coleção Questões de Nossa Época ; v.23-. São Paulo, **Cortez**, 2001.

BUORDIEU, P. Escritos de Educação. 16 ed. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2015

BRASIL. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: DF. 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 12 OUT. 2020.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: **Abril Cultural**, 1984

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. M.; Evangelista, O. Política Educacional. 4 ed. Rio de Janeiro: **Lamparina**, 2011.

SAUTER, G. O. Estado y Educación en América Latina a partir de su independencia (siglos XIX y XX). **Revista Ibero Americana de Educación** - Número 1: Estado y Educación/ Bibl. Digital OEI, 1993

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 8 ed. Campinas, SP: **Autores Associados**, 2003.

_____. Escola e democracia. Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 43 ed. Campinas, SP: **Autores Associados**, 2018.

_____. História das ideias pedagógicas no Brasil. 4 ed. Campinas, SP: **Autores Associados**, 2013.

SMITH, A. Economistas políticos. São Paulo: editora **Musa**, 2001.